



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

Com reforma no setor, Eletrobras deve privatizar até 14 usinas hidrelétricas



Eletrobras deve privatizar até 14 usinas hidrelétricas antigas pertencentes às subsidiárias Chesf, Furnas e Eletro-norte, se a reforma nas leis do setor elétrico avançar da forma como o Ministério de Minas e Energia propôs no início de julho. Para diluir os aumentos e preparar o sistema elétrico para uma nova forma de comercializar a energia produzida pelas usinas, o Governo avalia colocar todo esse volume à venda de maneira escalonada. Juntas, essas usinas têm hoje capacidade instalada

de 13.907,51 MW de energia e geram eletricidade suficiente para atender de 20 milhões a 25 milhões de residências. As 14 usinas da Eletrobras que podem ser vendidas operam cobrando apenas os custos de operação e manutenção, com preços predefinidos, pelo chamado regime de "cotas". No total, a estatal conta com 47 hidrelétricas. Caso prossigam as mudanças de regulação das elétricas, com a privatização, a Estatal poderá trocar o modelo adotado nessas usinas, de preço fixo em cotas pelo preço de mercado, definido de acordo com a demanda. O Governo, porém, ainda não tem estimativa do quanto poderia ser levantado com as outorgas, que poderiam superar R\$ 30 bilhões. Com necessidade de aumentar a arrecadação diante da queda nas receitas, a equipe econômica do Governo defende que a maior parte dos recursos arrecadados com a venda das usinas fosse destinada às contas públicas. Para a Eletrobras não sair perdendo, posteriormente a estatal receberia recursos por meio de aumento de capital por parte da União. As propostas foram colocadas em consulta pública com a divisão dos recursos em partes iguais, o que pode ser revisto. A consulta pública ficará aberta até agosto. A intenção é levar as mudanças ao Congresso Nacional, por medida provisória ou projeto de lei, em setembro. E, pelos planos dos técnicos do Governo, tudo estará em vigor em janeiro de 2018. (18.07.2017 – Baseado em Época Negócios)

PAINEL

ANEEL abre Audiência Pública para obter subsídios para o aprimoramento de Regulação Tarifária

ANEEL abre Audiência Pública para obter subsídios para o aprimoramento da proposta de regulamentação da revisão da alocação de cotas de garantia física contratadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 25 de agosto de 2017.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

União estuda privatizar todos os aeroportos da Infraero

Movido pelo sucesso do último leilão de aeroportos, o Governo praticamente desistiu de fazer uma abertura de capital da Infraero e avançou na proposta de conceder ao setor privado os terminais ainda geridos pela Estatal. A ideia é privatizar o sistema em seis blocos regionais, com uma mistura de ativos lucrativos e deficitários. O BNDES deve ficar encarregado de preparar a modelagem, mas existem dúvidas em torno do tempo necessário para completar os trâmites administrativos e fazer novos leilões até o fim de 2018. Um dos pontos críticos é o que fazer com dez mil empregados da Infraero em caso de privatização de toda a rede de 56 aeroportos. A

decisão é que, se esse caminho for realmente adotado, as futuras concessionárias ficarão obrigadas a manter esse quadro de trabalhadores pelo menos até 2020. Nas concessões anteriores, os grupos vencedores não precisavam assumir compromisso de absorção dos funcionários, que puderam ficar na Infraero ou aderir a um plano de demissões voluntárias. O plano, no entanto, não tem consenso. Casa Civil, Planejamento e o núcleo do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) são favoráveis. Há resistência do Ministério dos Transportes, comandado pelo PR, que controla a Infraero. Os carros chefe estudados são Congonhas (SP), Santos Dumont (RJ), Curitiba (PR), Recife (PE), Manaus (AM) e Belém (PA). O Ministério dos Transportes tem posição diferente. Vê problemas em alocar terminais com perfis tão variados dentro de um mesmo bloco. Acredita que as concessões devam continuar por lotes, mas começando por um ou dois blocos e mantendo a Infraero na administração dos demais. (09.06.2017 – Baseado em Valor Econômico).



Indústria ainda tem longo caminho para recuperar perdas, diz IBGE

Foram dois meses seguidos de crescimento da produção industrial, o que significa um alento para a atividade no País, “mas isso está longe de garantir um crescimento sustentável”, ponderou o Gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), André Macedo. Em maio, a Indústria cresceu 0,8% após ter avançado 1,1% em abril, na série com ajuste sazonal. “É claro que é uma melhora de ritmo, e eu não poderia enxergar diferente à medida que tenho duas taxas positivas seguidas”, disse. “Mas é importante relativizar em função das perdas recentes do setor industrial, e mais do que isso, quando a gente observa o patamar de produção, ainda opera em patamares semelhantes aos de 2009”. No acumulado dos últimos 12 meses a Indústria ainda está no território negativo, com queda de 2,4% em maio. É a menor variação, contudo, desde setembro de 2014, quando o indicador estava caindo 2%. A produção industrial ainda está 18,5% abaixo de seu melhor momento, registrado em junho de 2013. Mas essa diferença já foi maior. Em maio do ano passado, essa distância era de 19,9%. Perante o quinto mês de 2016, a Indústria cresceu 4%. Foi o melhor resultado para o mês desde 2010, quando a atividade avançou 14,3%. Para esse tipo de comparação há dois fatores que contribuíram para esse crescimento, apontou André Macedo. Maio de 2017 teve um dia útil a mais que o mesmo mês do ano passado. Além disso, em maio de 2016, o setor industrial mostrava uma queda de 7,3%, frisou André Macedo. (Baseado em Valor Econômico – 04.07.2017).

Brasil lidera a produção de petróleo na América Latina

Com a queda na produção de petróleo na Venezuela e no México, o Brasil passou a ser o maior produtor da América Latina. Em abril, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis (ANP), a produção brasileira atingiu 2,53 milhões de barris por dia, enquanto a da Venezuela ficou em 2,19 milhões de barris e a do México, em 2,012 milhões. Segundo estimativas, o Brasil deve manter essa liderança no Continente. A produção da Venezuela em maio caiu ligeiramente, para 2,18 milhões de barris. Os dados sobre a produção venezuelana, no entanto, são controversos. O Ministério de Minas e Energia do País não divulga estatísticas oficiais desde 2014. O relatório mensal da Opep cita fontes secundárias que estimam a produção em 1,97 milhão em abril e 1,96 milhão em maio. No ano passado, o Brasil já liderou a produção no Continente na comparação das médias diárias, com 2,6 milhões de barris, contra 2,45 milhões do México e 2,41 milhões da Venezuela. A Venezuela, tradicionalmente o grande produtor e exportador da América Latina, perdeu sua posição por conta dos problemas políticos e falta de investimentos para explorar suas enormes reservas, que são a segunda maior do mundo. *(Baseado em Valor Econômico – 21.06.2017).*

Consumo de gás natural aumenta 8,5% em abril

O consumo de gás natural, no Brasil, cresceu 8,5% em abril, na comparação com igual mês de 2016. De acordo com levantamento da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), foram vendidos, ao todo, 61,97 milhões de metros cúbicos/dia de gás no mês retrasado, o que significa um aumento de 10,6% frente ao mês de março. A entidade que representa os distribuidores de gás destacou que o crescimento é um “sinal positivo” que “reflete a tendência de recuperação da economia brasileira depois de um 2016 recessivo”. Na Indústria, o consumo subiu 4,7%, na comparação anual, para 27,053 milhões de metros cúbicos/dia. Na comparação com março, no entanto, houve uma retração de 1%. No segmento residencial, o consumo atingiu pela primeira vez, neste ano, a média de 1,1 milhão de metros cúbicos diários, devido à queda da temperatura nas Regiões Sudeste e Sul. O segmento comercial registrou alta de 8,1% ante março, mas queda de 1,1% no comparativo com abril de 2016. Os estabelecimentos comerciais demandaram 772 mil metros cúbicos diários. Com o acionamento das usinas térmicas, em função do ligeiro aumento da demanda por energia, o consumo na geração elétrica a gás natural subiu 31,2% em abril frente a março e 29% na comparação anual, para 23,014 milhões de metros cúbicos/dia. No setor de cogeração, houve expansão de 6% frente a março e de 12,7% em relação a abril de 2016. Cerca de 2,55 milhões de metros cúbicos/dia, em média, foram consumidos nesse segmento de mercado. *(20.06.2017 – Baseado no Valor Econômico).*

Escassez de crédito privado é gargalo para infraestrutura

O Brasil enfrenta um grande desafio de financiamento de longo prazo para concessões e infraestrutura, afirma o economista Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho. Em artigo sobre as fraquezas do mercado de capitais brasileiro, o Diretor da Anbima diz que, sem reformas, não haverá financiamento privado de longo prazo “nem na próxima década”. Entre 2010 e 2015, BNDES, fundos regionais, Banco do Nordeste e fundos compulsórios foram responsáveis por 70% do financiamento de projetos de longo prazo, enquanto o mercado de capitais contribuiu com apenas 14%, e os bancos privados, com 16%, aponta Chrysostomo. Em 2015, a fatia dos bancos caiu para 9%, e a do mercado de capitais, para 4%. A necessidade de soluções privadas cresce com a nova política

do BNDES, que cortou financiamentos com juros muito abaixo do mercado. Criadas em 2011, as debêntures incentivadas (papéis de dívida privada com incentivo tributário) financiaram dez projetos de investimento novos (os “greenfield”) de 2012 a setembro de 2016. Chrysostomo propõe uma transição coordenada pelo aparelho estatal para que os bancos privados assumam o papel hoje feito pelos públicos. Seria preciso mais instrumentos de crédito via securitizações de recebíveis, fundos de recebíveis, fundos de crédito estruturado, entre outros, que reduzisse aos poucos “a dependência do crédito curto, caro e reduzido dos bancos privados”. Outra ação necessária, segundo ele, é incentivar o mercado secundário. *(Baseado em Folha de São Paulo – 26.06.2017).*

Saneamento entra no radar de investidor e pode atrair aportes de até R\$ 35 bilhões

Setor mais atrasado da infraestrutura brasileira, o saneamento básico entrou no radar de investidores bilionários espalhados pelo mundo. Desde que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) iniciou a contratação de estudos para desenhar um programa de concessão para 18 Estados, grandes empresas como a gestora canadense Brookfield, o fundo de private equity Vinci Partners, a empresa brasileira Aegea, as japonesas Itochu e Mitsui e a sul-coreana GS Corporation começaram a se estruturar para disputar os ativos estatais. As concessões ou Parcerias Público-Privadas (PPPs) podem movimentar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 35 bilhões, de acordo com um relatório feito pelo BTG Pactual. Porém, os aportes vão depender especialmente da modelagem econômico-financeira em andamento e da situação macroeconômica do País. Dez Estados já tiveram os estudos técnicos contratados: Alagoas, Amapá, Maranhão, Pará, Pernambuco, Sergipe, Acre, Ceará, Rondônia e Santa Catarina. Os próximos a entrar para essa lista serão Amazonas, Bahia, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins. *(10.07.2017 – Baseado em Estadão)*



1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 16 de junho de 2017 até 31 de dezembro de 2021**

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2017	2018	2019	2020	2021	Σ
Conservador	1.222	3.853	2.795	1.833	0	9.703
Otimista	1.222	3.881	2.827	1.833	221	9.984
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2017	2018	2019	2020	2021	Σ
Conservador	48	98	340	1.801	50	2.337
Otimista	48	98	350	1.828	50	2.375
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2017	2018	2019	2020	2021	Σ
Conservador	1.721	1.270	350	62	25	3.427
Otimista	1.792	2.696	1.358	1.599	344	7.788
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2017	2018	2019	2020	2021	Σ
Conservador	2.991	5.220	3.484	3.696	75	15.467
Otimista	3.062	6.674	4.535	5.261	615	20.147

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

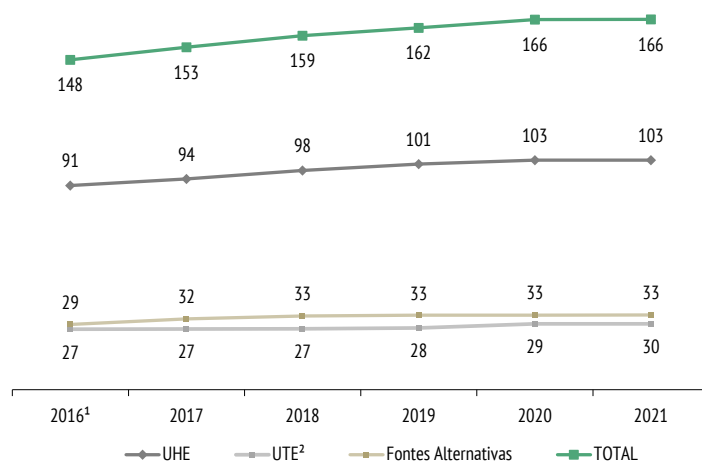
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 2% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 16 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2021.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 20,1 mil MW no período 2017-2021. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 2,7% ao ano.

**Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador**



Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel.

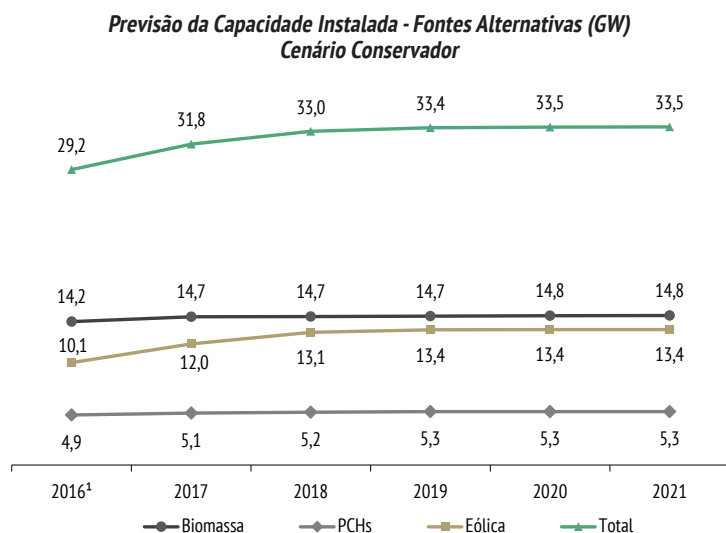
Notas:

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2016.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Excluídas as Centrais Nucleares.



A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2017, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,8% e 0,3%.

Entre 2017 e 2021, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 12,5% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 9% no mesmo período. Em dezembro de 2016, a participação das UHEs foi de 62% na matriz elétrica nacional e deve permanecer no mesmo patamar até 2021. A participação na capacidade total instalada das UTES deve se manter em 18% até 2021.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve passar de 10% para 9% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve se manter em 3% até 2021. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2021, passará de 7% para 8%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 10 mil MW de UHEs até 2021 e a previsão conservadora prevê também, uma entrada de 9,7 mil MW para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 97% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 2,4 mil MW até 2021. Cerca de 98% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 250 MW de potência adicional até 2021. Já no cenário otimista, até 2021, devem entrar em operação um total de 1,4 mil MW.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 488 MW até 2021. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,1 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 5,3 mil MW, apenas 51% da potência (2,7 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2021.

O Consórcio Canambra teve por fim estudar o potencial hidráulico e o mercado de energia elétrica da Região Sudeste do País. Os resultados do trabalho foram enfileirados em relatório datado de 1966 e constituíram um dos mais expressivos aportes ao planejamento integrado do setor elétrico brasileiro. A designação Canambra derivava dos nomes dos três países envolvidos nos estudos: Canadá, Estados Unidos e Brasil. Junto a especialistas brasileiros, duas firmas de consultoria canadenses – Montreal Engineering e Crippen Engineering – e uma americana – Gibbs and Hill Inc. desenvolveram os estudos ao longo de quatro anos, com recursos do Banco Mundial e sob coordenação do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.

Foram então estudados cerca de 28.000 km de rios e 510 locais de barragem, dos quais 264 minuciosamente avaliados. Identificou-se o potencial aproveitável de 40.000 MW. Os estudos anteciparam os planos decenais de expansão do parque gerador elaborados posteriormente.

A contratação do Consórcio em 1962 tinha o propósito de buscar soluções para os problemas de suprimento de energia às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. De início, o escopo dos estudos estendia-se ao “Levantamento dos recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, principalmente voltados para o desenvolvimento de geração hidroelétrica, dada a necessidade mais imediata deste imprescindível fator de desenvolvimento sócio econômico, levando inclusive em consideração as possibilidades de irrigação, controle de cheias,

navegação e abastecimento de água de comunidades ribeirinhas.” Mais ainda: “Estudo de viabilidade de aproveitamentos hidroelétricos selecionados ao longo e ao final do estudo”.

Seis grandes bacias de Minas Gerais foram avaliadas: Grande, Paranaíba, Doce, Jequitinhonha, São Francisco e Paraíba. O Banco Mundial logo sugeriu que os estudos fossem estendidos à Região Sudeste. Isto feito, a Canambra realizou estudos para a Região Sul. Já na década de 1970, empresas brasileiras realizam estudos de inventário hidro energético nas Regiões Norte e Nordeste, com base nos critérios aplicados no trabalho citado.

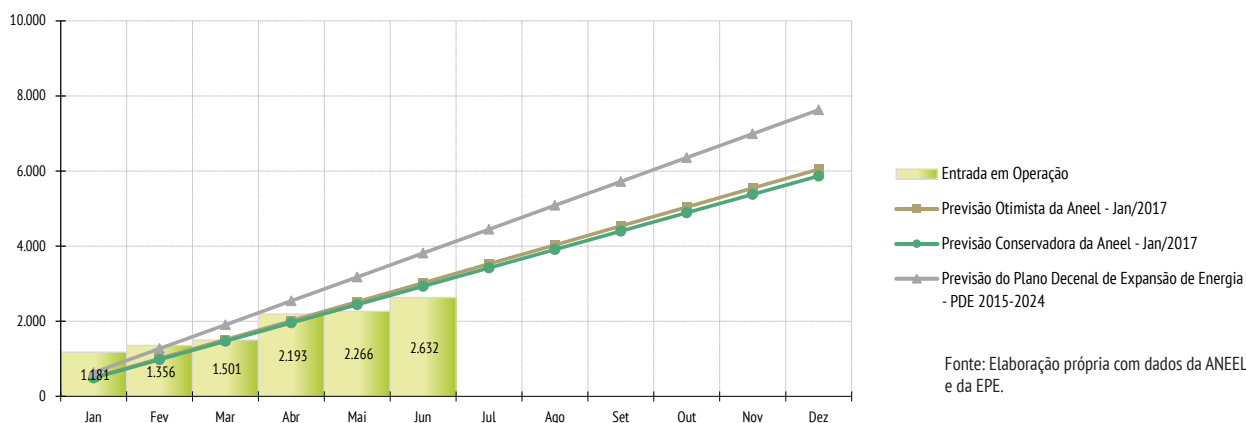
O Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul (posteriormente Sudeste) foi criado em 1963, por determinação da pasta de energia, para coordenar os estudos do Consórcio. A sequência de construção de usinas para o lapso 1964 - 1974 foram então incluídas no Programa Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1966) e no Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED (1968-1970).

O ano de 1963 foi igualmente marcante no concernente à geração, eis que entrou em operação a usina de Furnas, à época a maior do País e primeira a ter barragem de entroncamento de grande porte com 127 metros de altura máxima e 550 metros de comprimento de crista. Localizada no Rio Grande, a usina contava inicialmente com duas unidades de 152 MW. A obra veio regularizar o curso do rio, criar fonte de energia na Região e interligar os principais sistemas elétricos regionais. Foi o primeiro passo da formação do sistema interligado nacional.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

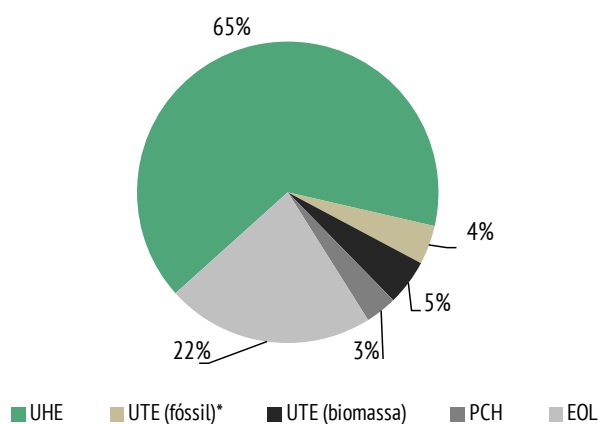
Expansão da Capacidade de Geração em 2017 (MW) De 1º de janeiro a 16 de junho



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2017, até 16 de junho, entraram em operação 2.632 MW. Desse total, as UHEs representaram 65% da potência total que entrou em operação totalizando 1.717,4 MW. As EOLs representaram 22%, totalizando 586,2 MW. As UTEs fósseis representou 4% (110,3 MW), as PCHs apenas 3% (88,82 MW), enquanto a biomassa representou 5% (128,9 MW) da potência total instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro à 16 de junho de 2017



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em maio de 2017, 37.955 GWh, apresentando um valor 1,5% inferior ao observado em maio de 2016.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 13.496 GWh, valor 2,5% superior ao observado no mesmo mês de 2016. O consumo industrial de energia elétrica representou 36% do total de energia elétrica consumida em maio de 2017.

No campo externo, dados do MDIC de maio apontaram que o quantum importado no mês cresceu 4,6%, o que pode sugerir uma tímida evolução da

demanda interna em relação a mai/16, apesar da base de comparação ser baixa. Já as exportações também foram favorecidas em maio (+6,6% em volume), em especial pelas vendas externas de automóveis, setor que consome matéria-prima e serviços de diversos outros ramos industriais, tais como plásticos, vidros, pneus, motores, materiais elétricos, entre outros, o que talvez possa indicar um relativo estímulo para a indústria nacional.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Maio 2016	Maio 2017	Var. %	Jan-Mai 2016	Jan-Mai 2017	Var. %
Residencial	10.932	11.010	1	57.213	57.812	1
Industrial	13.835	13.496	-2	67.516	67.545	0
Comercial	7.379	7.199	-2	38.699	38.292	-1
Outras	6.379	6.250	-2	31.503	31.746	1
Total	38.525	37.955	-1	194.931	195.395	0

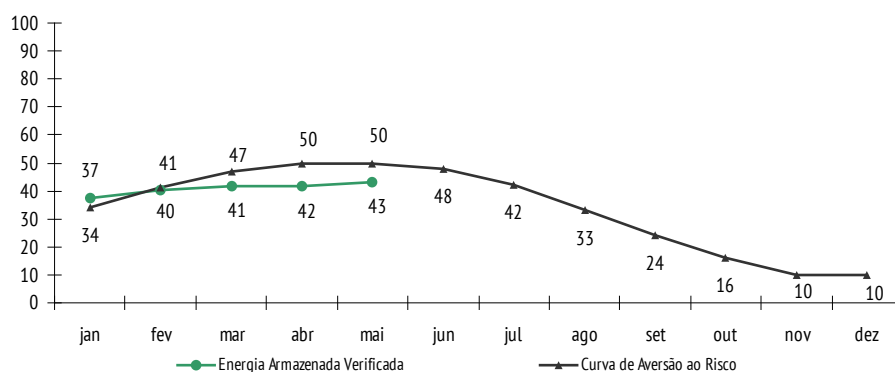
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

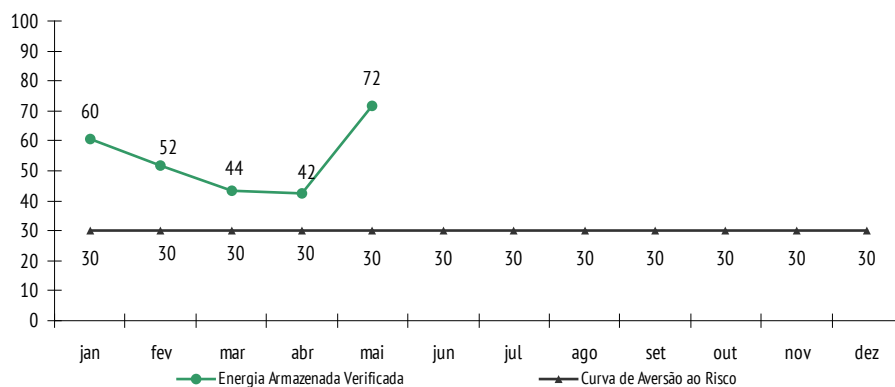
As Curvas de Aversão ao Risco (CAR) estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Abstraindo o intercâmbio inter regional de energia, para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em maio de 2017, apenas a região Nordeste apresentou queda em relação ao mês anterior, passando de 22% para 20%. A região Sul apresentou o maior aumento, passando de 42% para 72%. Somente a região Sul apresentou a energia armazenada acima da CAR (72%). As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram a energia armazenada abaixo da CAR (43% e 20%) e mostram indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

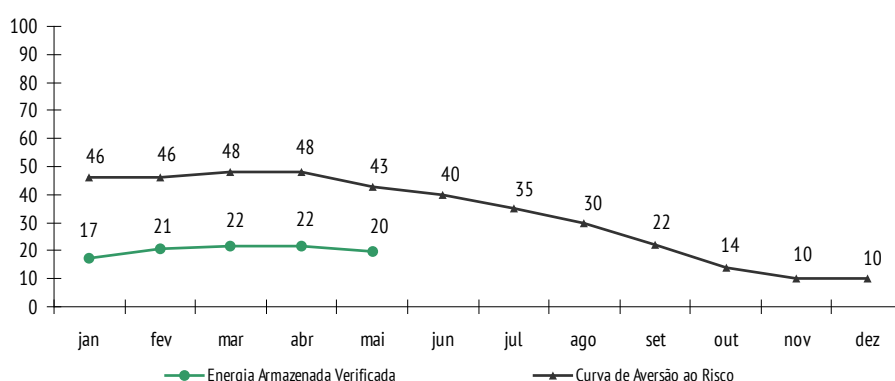
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2017
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2017
Sul (%)**



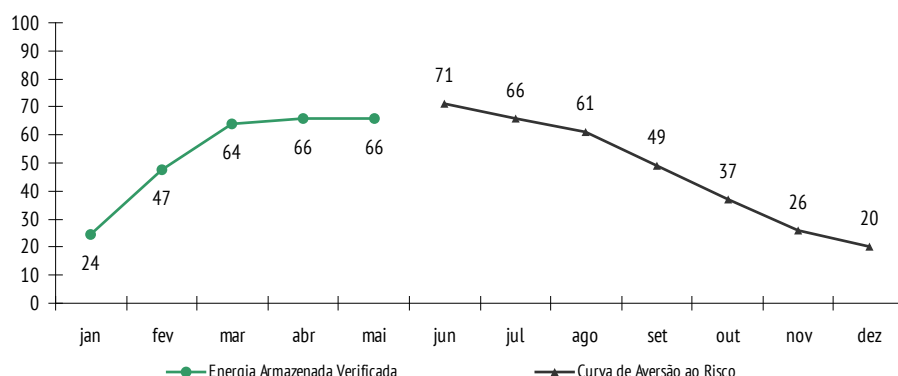
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2017
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2017
Norte* (%)**

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianaual de Aversão ao Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2017, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 33,68 e R\$ 533,82/MWh.

Na quarta semana de maio de 2017, o PLD atingiu o valor de R\$ 486,24/MWh para as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste para carga pesada e média, valores abaixo do valor máximo para 2017, e para carga leve apresentaram R\$ 463,56/MWh. Para a região Norte, o PLD apresentou R\$ 484,28/MWh para carga pesada, R\$ 482,87 para média e R\$ 463,56 para leve.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 – Maio 2017 (Período: 20/05/2017 a 26/05/2017)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	486,24	486,24	486,24	484,28
Média	486,24	486,24	486,24	482,87
Leve	463,56	463,56	463,56	463,56

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de maio de 2017, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram um PLD médio de R\$ 411,49/MWh. Para as regiões Sudeste e Centro-Oeste este patamar representou um aumento de 442%, para a região Sul representou um aumento de 449% e para a região Nordeste um aumento de 294% em relação ao valor atingido no mesmo mês do ano anterior.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Maio	Maio	Variação
	2016	2017	(%)
Sudeste/Centro-Oeste	75,93	411,49	442
Sul	74,91	411,49	449
Nordeste	106,07	418,20	294
Norte	88,98	171,95	93

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

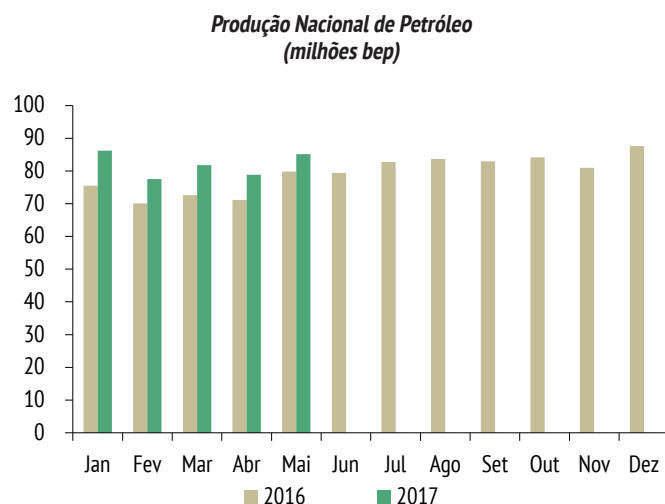
2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

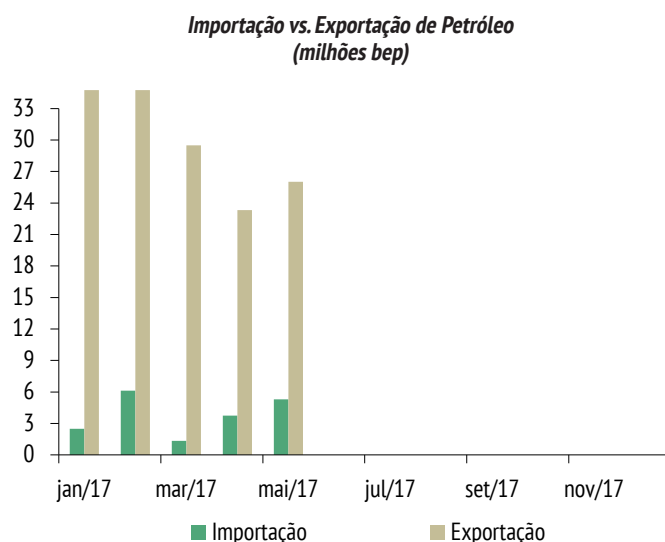
A produção nacional de petróleo, no mês de maio de 2017, foi de 85 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 7% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 11% superior ao ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em maio de 2017 foi de 26,5°, sendo que 32,4% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 49,9% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 17,7% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em maio de 2017, foi de 54,3 milhões bep. Esse volume foi 5% inferior ao observado em maio de 2016. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 7% inferior.

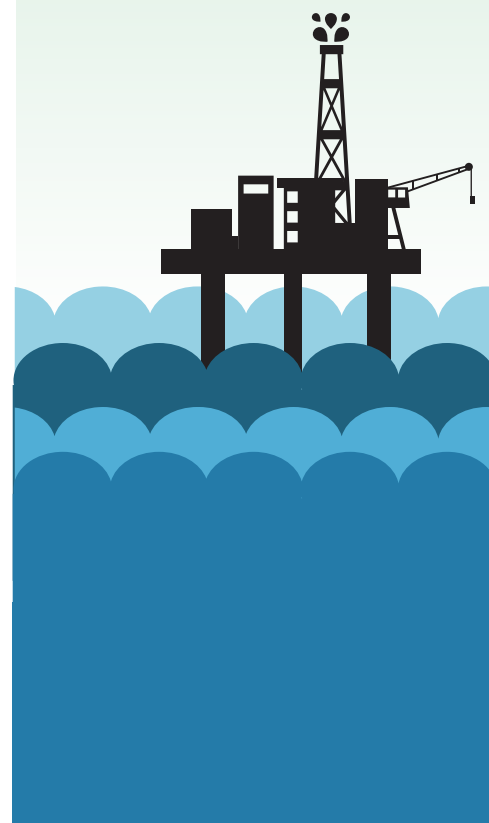


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

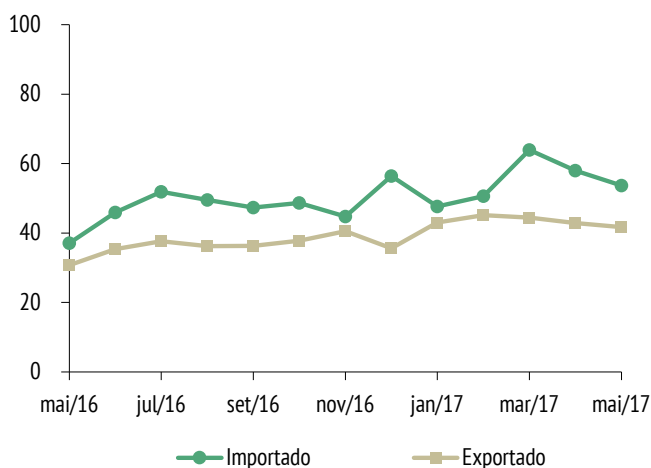


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em maio de 2017, cerca de 95% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2017, foi de 26 milhões de bep, volume 50,3% superior ao exportado em maio de 2016. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 40,3% superior ao observado no mesmo período de 2016.

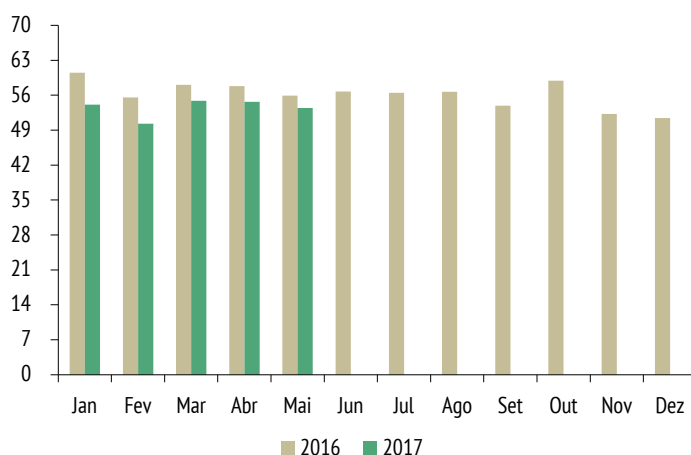
O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2017, foi de US\$ 53,71/barril, valor 44,8% superior ao observado em maio de 2016.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em maio de 2017, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 53,5 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 4,4% inferior ao produzido em maio de 2016. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 7,1% inferior ao mesmo período do ano passado.

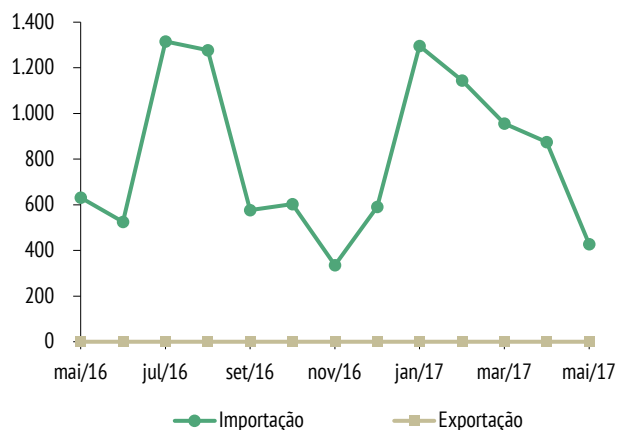
A importação de derivados de petróleo, em maio de 2017 foi de 12,8 milhões bep, valor 6,9% inferior ao registrado em maio do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 32,7% superior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



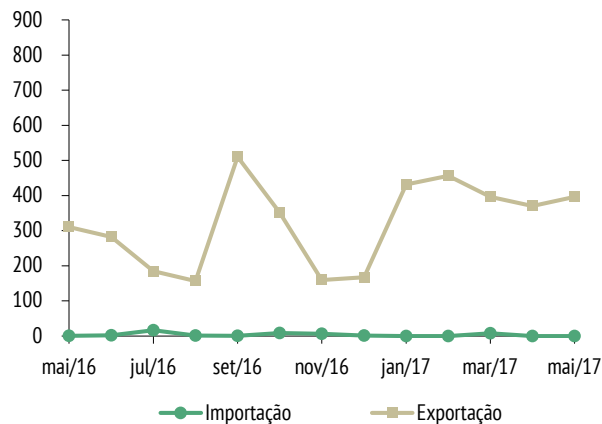
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

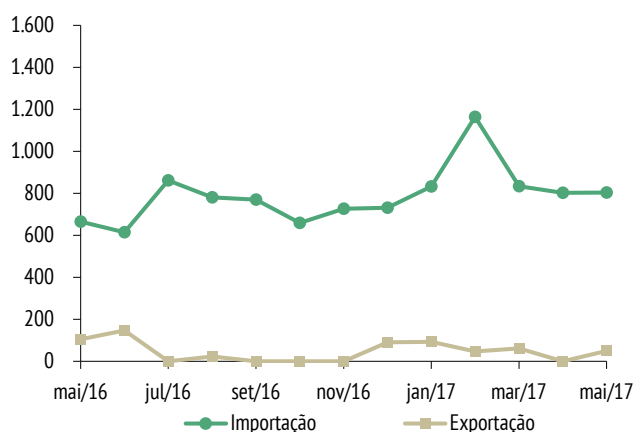
**Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

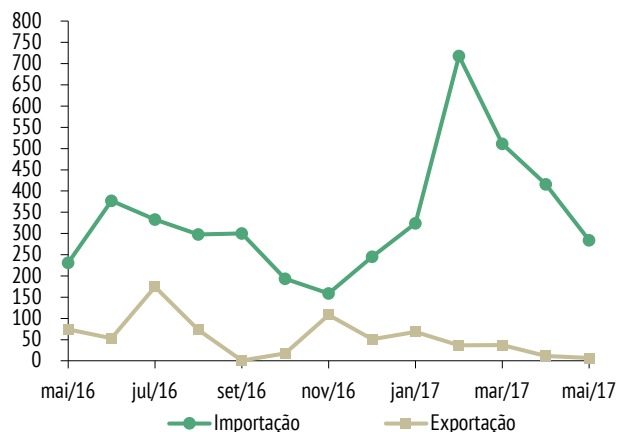
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2017, foi constatado um total de 7,6 milhões bep, o que representa um volume 15,6% superior ao observado no mesmo mês de 2016. No acumulado do ano, a exportação foi 11,5% superior.

**Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em maio de 2017, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 22% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 16 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 70 milhões de bep. Em maio de 2016, a dependência externa foi negativa em 7%. No acumulado do ano de 2017, foi observada uma dependência negativa de 32%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Maio/2016	Jan-Mai/2016	Maio/2017	Jan-Mai/2017
Produção de Petróleo (a)	80	369	85	410
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-11	-86	-21	-147
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	30	5	47
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	75	313	70	310
Dependência Externa (e)=(d-a)	-5	-56	-16	-100
Dependência Externa (e)/(d)	-7%	-18%	-22%	-32%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2017, apresentou saldo positivo de US\$ 473 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 473 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo de US\$ 23 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US\$ 3.257 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

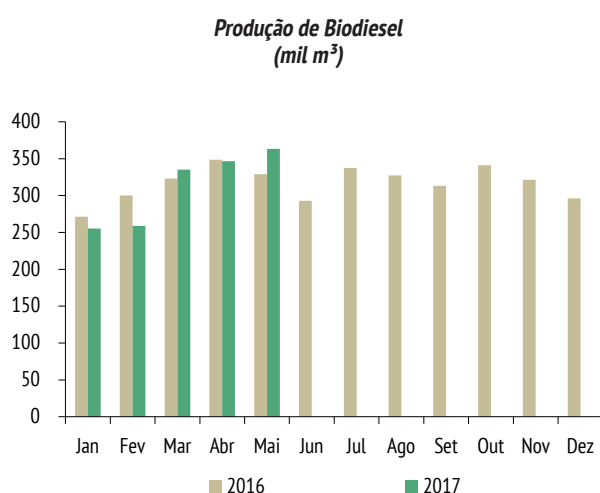
	Maio/2016	Jan-Mai/2016	Maio/2017	Jan-Mai/2017
Petróleo				
Receita com exportação (a)	533	3.068	1.084	7.233
Dispêndio com importação (b)	229	1.306	284	1.016
Balança Comercial (c)=(a-b)	304	1.762	800	6.217
Derivados				
Receita com exportação (d)	339	1.316	420	2.144
Dispêndio com importação (e)	620	3.041	747	5.105
Balança Comercial (f)=(d-e)	-281	-1.725	-327	-2.960
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	871	4.385	1.504	9.377
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	848	4.347	1.031	6.121
Balança Total (i)=(g)-(h)	23	38	473	3.257

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

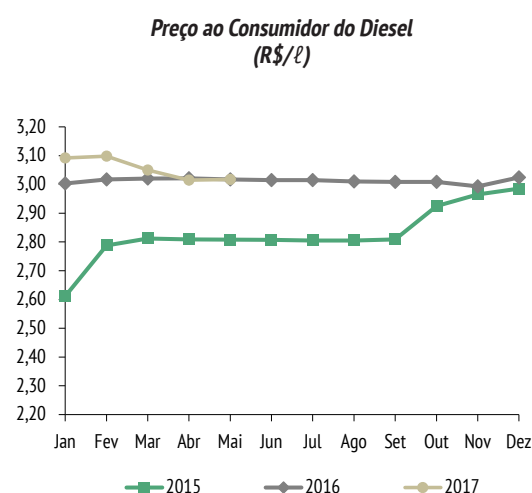
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em maio de 2017, foi de 363 mil m³, montante 10,5% superior ao produzido em maio de 2016. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 1% inferior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em maio de 2017, foi de R\$ 3,017/ℓ, mesmo valor observado em maio de 2016.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2016/2017, já encerrada, produziu 27,8 milhões de m³ de álcool, volume 9% inferior ao produzido na safra 2015/2016. Já a produção de açúcar teve um aumento significativo de 16% em relação à safra anterior, totalizando 38,8 milhões de toneladas.

A nova safra 2017/2018 produziu, até o dia 30 de maio de 2017, 7,8 milhões de m³ de álcool, sendo 4,6 milhões de m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2016/2017, houve uma redução de 19% na produção de álcool hidratado. A produção total de álcool caiu 15% em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar se manteve constante, até 30 de maio, produziu-se 10,9 milhões de toneladas de açúcar, volume similar ao observado no mesmo período da safra 2016/2017.

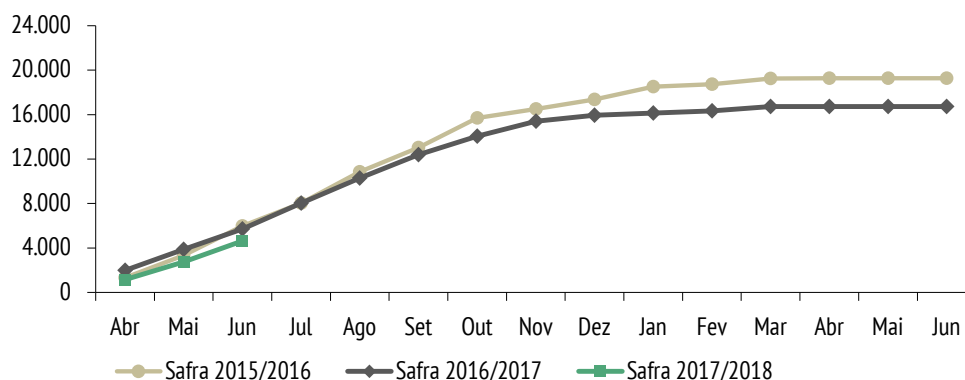
As safras se iniciam em abril e se encerram em junho do ano posterior. Assim, durante 3 meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2015/2016 (até 30 de junho de 2016)	Safra 2016/2017 (até 30 de junho de 2017)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	3.459	3.196	-8
Álcool Hidratado (mil m ³)	5.704	4.634	-19
Total Álcool (mil m³)	9.163	7.830	-15
Açúcar (mil ton)	10.951	10.938	0

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

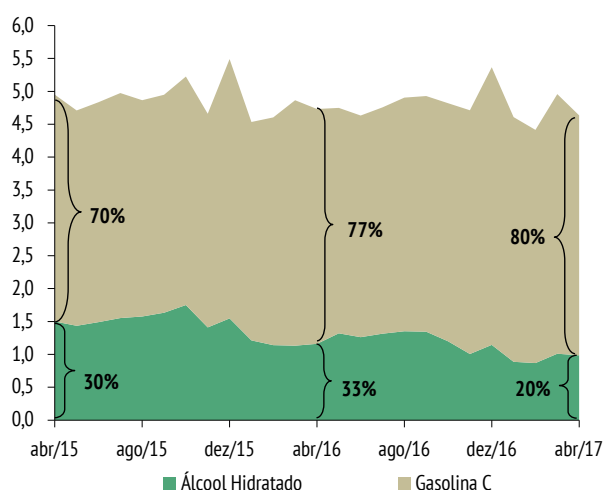
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 985 mil m³ em abril de 2017. Esse número representa uma queda de 23% em relação ao volume vendido em abril do ano anterior.

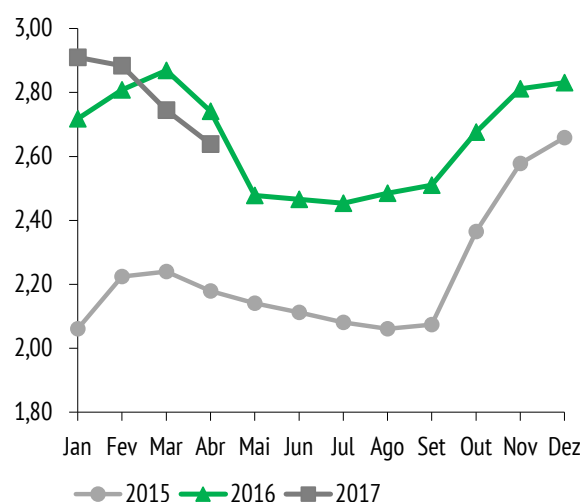
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 21% do universo de vendas do álcool e da gasolina em abril de 2017. Essa participação foi 3 pontos percentuais inferior ao observado em abril de 2016.

Em abril de 2017, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,639/ℓ, valor 4% inferior ao registrado no mesmo período de 2016.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



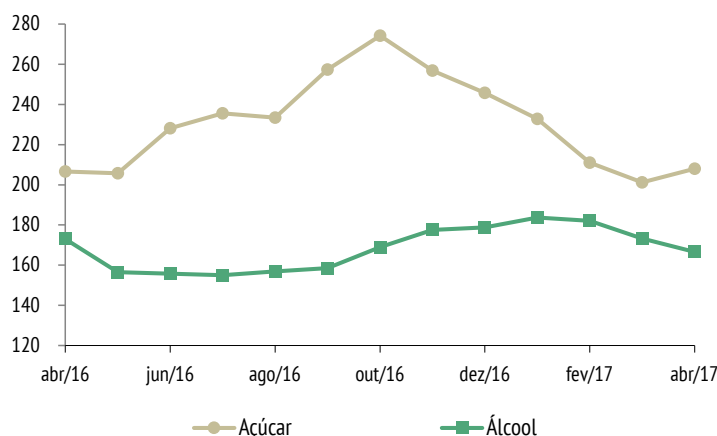
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2017, foi de 104,8 milhões m³, representando um aumento de 5% comparado à média verificada em maio de 2016.

A importação de gás natural realizada pelo País, em maio de 2017, foi de 27,6 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 89,2 milhões m³/dia. Este montante é 16% inferior ao observado em maio de 2016.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 41% em maio de 2017. Em maio de 2016, essa proporção havia sido de 45%.

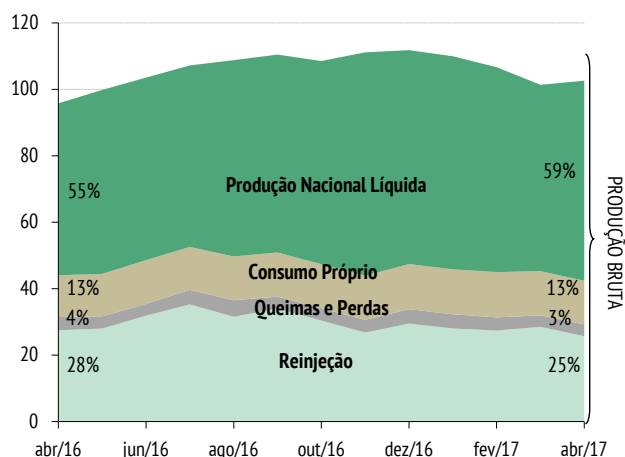
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Maio/2016	Média do período Jan-Mai/2016	Média em Maio/2017	Média do período Jan-Mai/2017	Varição (%)
Produção Nacional¹	99.808	96.874	104.780	105.057	5%
- Reinjeção	27.976	28.924	26.253	27.162	-6%
- Queimas e Perdas	3.670	4.093	3.707	3.793	1%
- Consumo Próprio	12.779	12.492	13.165	13.352	3%
= Produção Nac. Líquida	55.383	51.364	61.655	60.750	11%
+ Importação	40.413	46.113	27.588	25.148	-32%
= Oferta	95.797	97.477	89.244	85.898	-7%

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

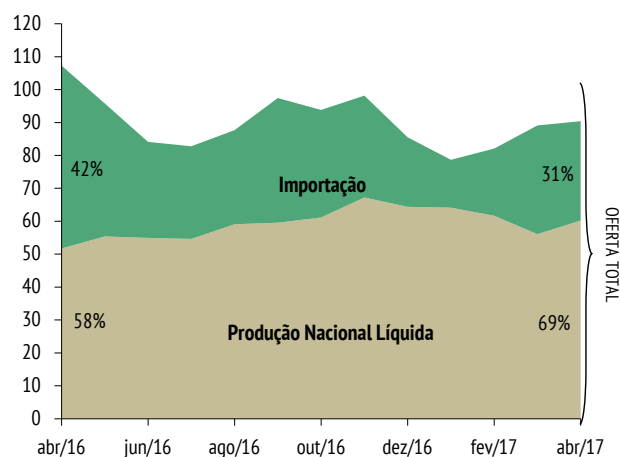
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



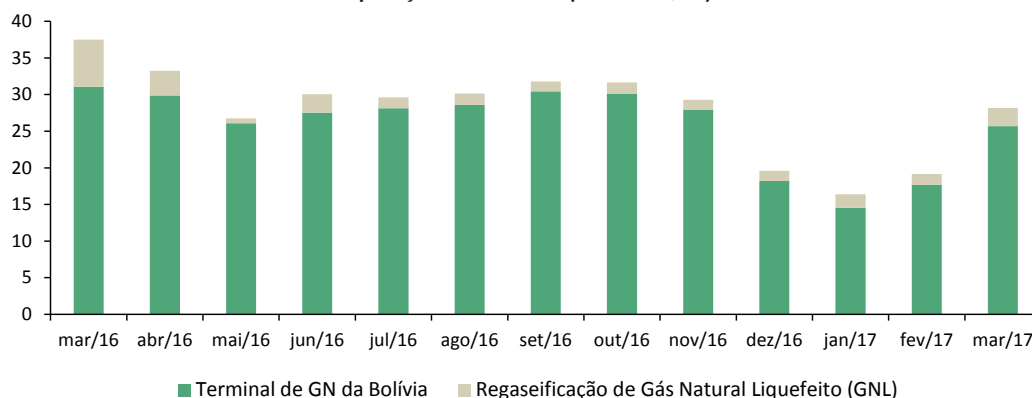
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em março de 2017, foi de 25,7 milhões de m³/dia, volume 17% inferior ao observado no mesmo mês de 2016.

Em março de 2017, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 2,5 milhão m³/dia, volume 62% inferior ao montante observado em março do ano anterior.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em abril de 2017 foi, em média, cerca de 61,9 milhões de m³/dia. Essa média é 8% superior ao volume médio diário consumido em abril de 2016.

O setor industrial, em abril de 2017, consumiu cerca de 27,1 milhões de m³/dia de gás natural, volume 5% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Abril/2016	Abril/2017	Abr-2017/Abr-2016	Acumulado no Ano
Industrial	25.848	27.053	5	2
Automotivo	4.923	5.210	6	9
Residencial	917	1.181	29	9
Comercial	781	772	-1	-5
Geração Elétrica	17.841	23.014	29	-18
Co-geração*	2.486	2.551	3	1
Outros	4.337	2.187	-50	-54
Total	57.133	61.969	8	-9

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

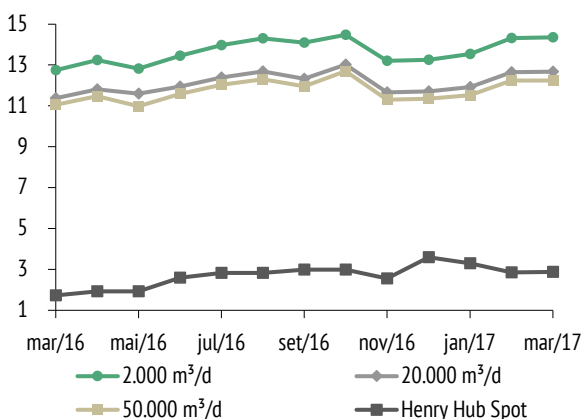
O setor industrial foi responsável por 44% do consumo de gás natural em abril de 2017. A geração elétrica foi o segundo setor em consumo, responsável por 37% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em março de 2017, foi de US\$ 13,1/MMBTU, valor 12% superior ao observado em março de 2016 (US\$ 10,9/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em março de 2017, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,88/MMBTU, valor 66% superior ao apresentado em março de 2016 (US\$ 1,73/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

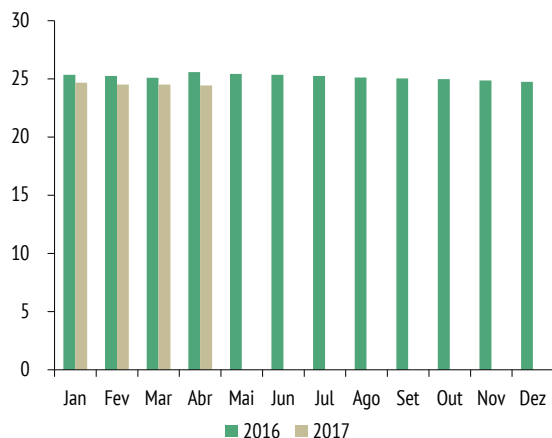
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

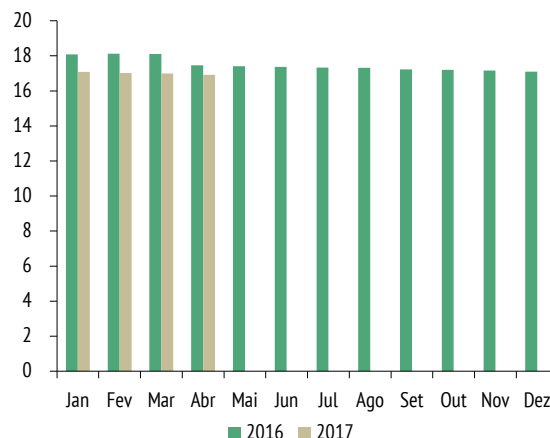
Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acessos fixos instalados tiveram uma queda de 3% em relação ao registrado em abril de 2016. O total de acesso fixos em serviço reduziu para 24,4 milhões em abril de 2017, valor 4% inferior ao registrado em abril de 2016.

Acessos Fixos Em Serviço (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Acessos Fixos Instalados (milhões)

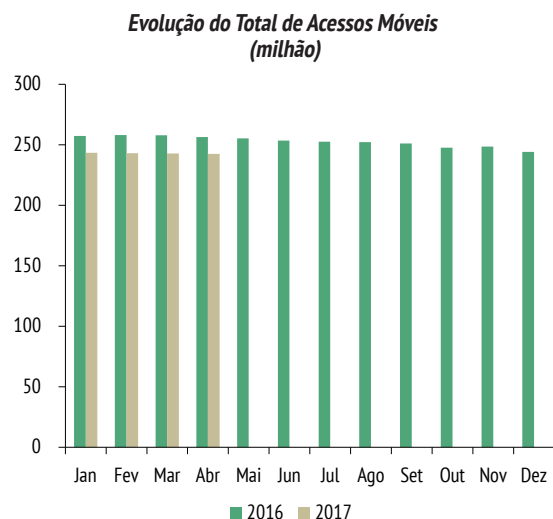


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

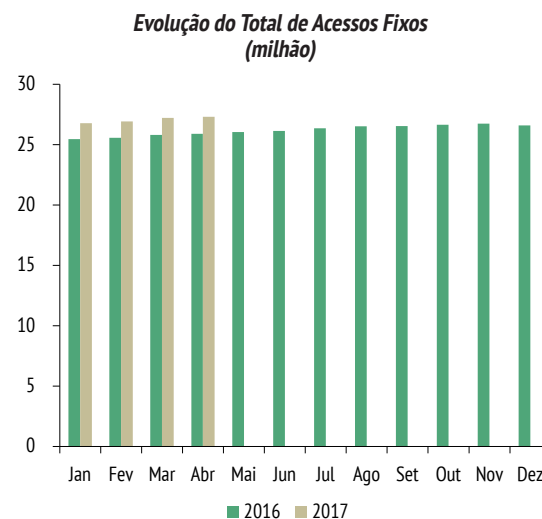
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em abril de 2017 foi de 242,3 milhões, montante 5% inferior ao observado no mesmo período de 2016.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 5% se compararmos com os valores de abril de 2016. Em abril de 2017 tivemos aproximadamente 27,3 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 25,9 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Os dados utilizados no relatório são informações disponíveis até o fechamento desta edição.

Em maio de 2017, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou um aumento de 8% em relação a maio de 2016. A movimentação de granel líquido foi 8% superior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior, enquanto a carga geral apresentou uma queda de 39%.

Os TUPs representaram 63% da movimentação total de carga nos portos e terminais em maio de 2017. A movimentação total nos TUPs foi de 59.781 mil toneladas, volume 5% superior ao observado em maio de 2016. Os portos públicos movimentaram 35.704 mil toneladas, volume 10% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país, em maio de 2017, foi de 738 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 3% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

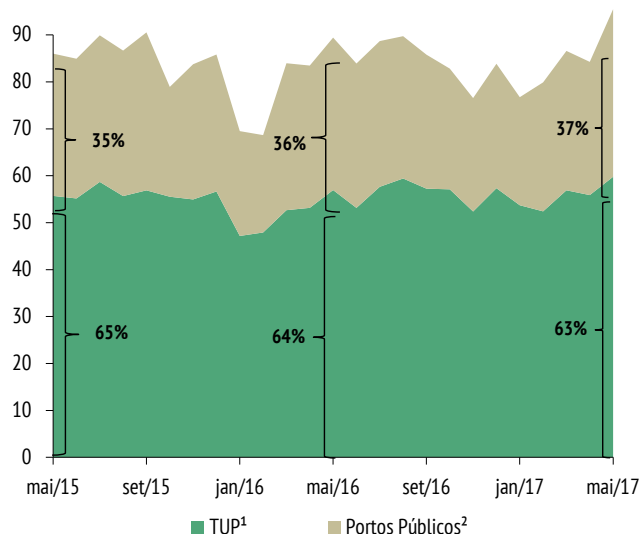
	Período		Variação %
	Mai/2016	Mai/2017	Mai-2017 / Mai-2016
Granel Sólido (a)	58.192	62.966	8%
Portos Públicos	19.953	22.915	15%
TUPs	38.239	40.051	5%
Granel Líquido (b)	18.070	19.449	8%
Portos Públicos	4.622	4.820	4%
TUPs	13.449	14.629	9%
Carga Geral Solta (c)	13.172	8.015	-39%
Portos Públicos	7.910	5.883	-26%
TUPs	5.262	2.133	-59%
Total (a+b+c)	89.434	95.485	7%
Portos Públicos	32.484	35.704	10%
TUPs	56.949	59.781	5%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (114 instalações).

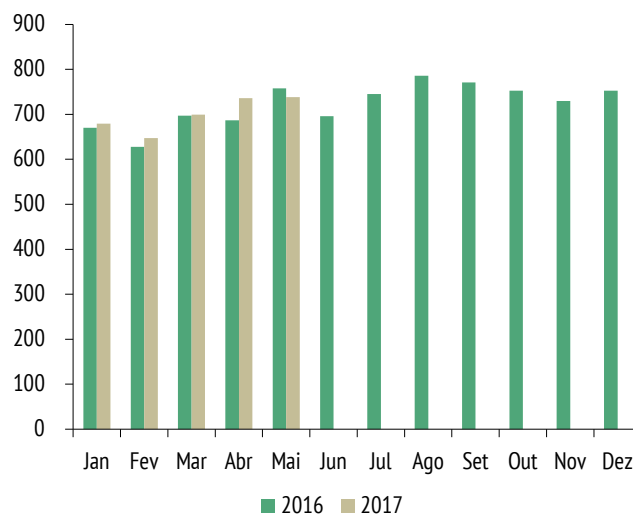
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



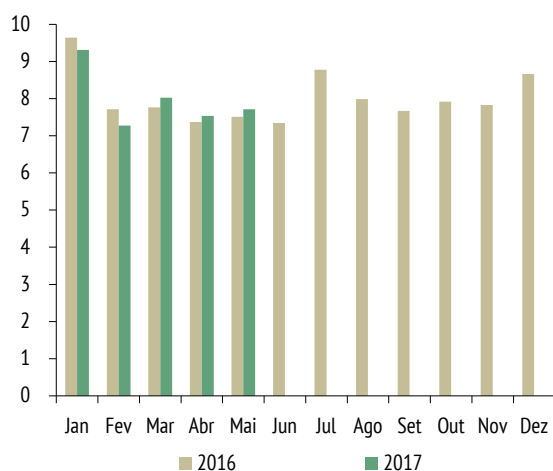
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em maio de 2017, somando mercado nacional e internacional, foi de 7,70 milhões de passageiros, valor 9,3% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 92% da movimentação total de maio de 2017.

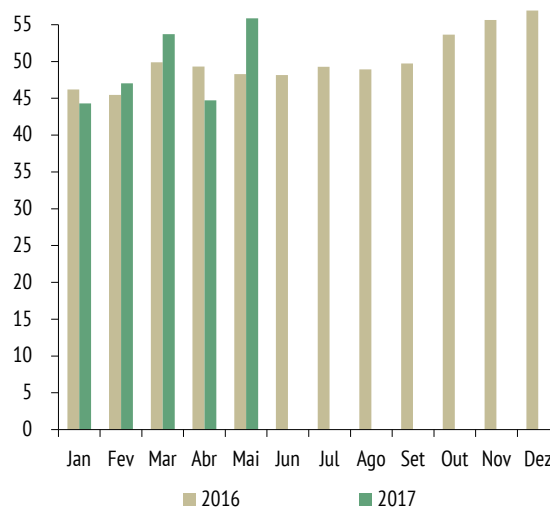
A movimentação de carga aérea total no País em maio de 2017, somando mercado nacional e internacional, foi de 55,9 mil toneladas, montante 11,6% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 67% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em maio de 2017, foi de 41,5 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 4% inferior ao observado no mesmo período de 2016. A movimentação de minério de ferro foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (5%) enquanto que a carga geral – não containerizada apresentou maior retração (-85%). O minério de ferro correspondeu a 84% do total movimentado em maio de 2017.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2016	2017	Variação (%)
Mercadoria	"Maio (mil TU)"	"Maio (mil TU)"	"Mai-17 / Mai-16"
Minério de Ferro	33.404	34.933	5
Soja e Farelo de Soja	3.794	2.559	-33
Indústria Siderúrgica	1.187	1.094	-8
Carvão/Coque	1.094	618	-44
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	776	517	-33
Produção Agrícola (exceto soja)	715	520	-27
Graneis Minerais	591	252	-57
Extração Vegetal e Celulose	477	285	-40
Contêiner	376	127	-66
Adubos e Fertilizantes	302	288	-4
Cimento	227	207	-9
Indústria Cimenteira e Construção Civil	185	71	-62
Carga Geral - Não Containerizada	9	1	-85
Total	43.137	41.472	-4

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em maio de 2017, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 75,5 milhões de toneladas, volume 6% superior ao averiguado em maio de 2016. As exportações totalizaram 63,9 milhões de toneladas, 79% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Mai/2016	Mai/2017	Mai-2017 / Mai-2016	Acumulado do ano
Marítimo	66.955	72.114	8	3
Fluvial	1.726	1.455	-16	-17
Aéreo	97	97	0	8
Ferrovário	26	21	-19	-19
Rodoviário	961	969	1	3
Outros*	1.227	822	-33	-35
Total	70.992	75.478	6	2

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Em maio de 2017, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 2,1 bilhões, valor 27% superior ao aportado em maio de 2016.

Ao longo de 2017, o BNDES desembolsou R\$ 7,22 bilhões em infraestrutura, volume 66,7% inferior ao desembolsado em 2016 (R\$ 21,7 bilhões). O setor com maior queda foi o de transporte terrestre com queda no investimento de 27%.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Maio/2016 R\$ milhão	Maio/2017 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	60	18	-70	1
Energia Elétrica e Gás Natural	804	1.432	78	68
Saneamento	136	77	-43	4
Telecomunicações	19	81	326	4
Transporte	634	496	-22	24
Aéreo	0	0	-100	-
Aquaviário	62	81	30	-
Terrestre	572	416	-27	-
Total Infraestrutura	1.653	2.105	27	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2017 é de, aproximadamente, R\$ 3,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 56,2 bilhões corresponderam à alínea “investimentos”, o que representa 2% do orçamento total de 2017.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 12,2 bilhões o que representa 21,6% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2017, foram empenhados R\$ 17,3 bilhões, cerca de 31% da dotação autorizada até junho. No mesmo período foram liquidados R\$ 4,2 bilhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 3,7 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 13,8 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 12,2 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2017, foram empenhados, até junho, cerca de R\$ 6,4 bilhões (53% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 1,4 milhão. Até junho de 2017, foram pagos do orçamento cerca R\$ 1,2 milhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somam R\$ 3,6 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 9,4 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 893 milhões, ou 7%), portuário (R\$ 588 milhões), aeroportuário (R\$ 525 milhões), hidroviário (R\$ 212 milhões) e outros (R\$ 520 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2017, cerca de R\$ 307 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,5 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 7,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 56,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2017.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 31% foram pagos em 2017 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 17% do total de restos a pagar inscritos.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2017
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2017

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	449	92	20	2	1	2	1	101	103	605
MAPA	1.058	167	16	0	0	0	0	142	143	714
MCTI	1.008	144	14	76	8	52	5	146	198	464
MDIC	72	4	5	1	1	1	1	4	5	225
MME	71	5	8	2	3	2	3	13	15	21
M. Transportes	12.156	6.407	53	1.428	12	1.180	10	2.412	3.592	5.351
M. Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MMA	201	15	7	2	1	2	1	28	30	55
MDA	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0
M. Defesa	9.739	5.306	54	1.095	11	1.081	11	1.473	2.554	1.976
M. Int. Nacional	5.063	934	18	245	5	172	3	840	1.012	3.995
M. das Cidades	5.837	1.891	32	568	10	568	10	636	1.204	11.522
Outros**	20.561	2.384	12	735	4	639	3	4.253	4.891	24.652
Total	56.215	17.349	31	4.156	7	3.699	7	10.054	13.753	49.582

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.



Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2017
Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2017

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	525	62	12	1	0	1	0	8	9	136
Ferrovário	893	620	69	85	10	84	9	165	249	404
Hidroviário	212	83	39	17	8	13	6	19	32	199
Portuário	588	124	21	0	0	0	0	116	116	482
Rodoviário	9.418	5.297	56	1.281	14	1.042	11	1.954	2.996	3.855
Outros	520	221	42	44	8	40	8	151	191	275
Total	12.156	6.407	53	1.428	12	1.180	10	2.412	3.592	5.351

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2017

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2017

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	307	0	220	87
União	4.502	95	936	3.471

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2017

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	7.572	115	2.193	5.264
União	56.311	1.083	9.118	46.111

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.